

O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963)

Felipe Pereira Loureiro
Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP)
Bolsista CNPq

O artigo analisa as relações Brasil-Estados Unidos no contexto de formulação e implementação do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social pelo governo João Goulart (1961-1964). As evidências sugerem que a excessiva cautela demonstrada pela administração Kennedy na concessão de assistência financeira ao Brasil teria sido determinante para a falência do Plano, além de ter tido motivações essencialmente políticas. Argumenta-se que a associação de Goulart com a esquerda radical, particularmente com grupos vistos como comunistas por Washington, teria sido a principal razão por detrás da postura norte-americana. Para além desse aspecto, mostra-se que o condicionamento de empréstimos ao comprometimento brasileiro em aplicar um rígido programa de estabilização fora empregado pelos Estados Unidos como meio para criar um ambiente que levaria ao rompimento entre Goulart e os setores esquerdistas. As conclusões do artigo são relevantes porque muitos estudiosos enfatizam razões de ordem doméstica para explicar o fracasso do Plano Trienal. Mostra-se aqui, diferentemente, que é impossível compreender essa importante questão sem a análise do papel desempenhado pelo governo norte-americano.

Palavras-chave: política econômica, Plano Trienal, João Goulart, relações Brasil-Estados Unidos

The Three-Year Plan in the context of the US-Brazilian relations (1962-1963)

The paper analyses the US-Brazilian relations during the formulation and implementation of the Three-Year Plan by the administration of João Goulart (1961-1964). The evidence suggests the conservative approach pursued by Kennedy's government in offering financial assistance for Brazil played a major role in the Three-Year Plan's demise, besides having essentially political motivations. It is argued that Goulart's links with the radical left, particularly with groups seen as communists by Washington, was the main reason behind US cautious attitudes. Beyond that, the stipulation of US funds to Brazil's commitment in implementing a harsh stabilization program was employed as a tool to create an environment which was supposed to lead to a split between Goulart and the radical left. The conclusions of the paper are relevant because scholars have emphasized domestic reasons to explain the Three Year Plan's demise. It is shown, differently, that it is impossible to understand this important issue without looking at the role played by the US government.

Keywords: economic policy, Three-Year Plan, João Goulart, US-Brazilian relations

Área 2 – História Econômica

JEL Classification: N16, N46, F59

No início da década de 1960, a economia brasileira vivia um período de dificuldade. Após anos de forte crescimento, o legado da política expansionista da administração Kubitschek (1956-1961) fazia-se sentir, particularmente a elevação da inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos.¹ Inúmeras foram as tentativas executadas pelos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) para superar esses problemas. A mais importante dessas iniciativas foi o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado no final de 1962 por Celso Furtado, então Ministro Extraordinário do Planejamento de Goulart, o Plano visava manter as taxas nacionais de crescimento econômico, adotando uma abordagem gradualista de combate à inflação, buscando zerá-la em um período de até três anos (1963-1965). Apesar dos esforços depreendidos pela equipe de Furtado, o Plano Trienal teve vida curta. Em menos de um ano ele seria abandonado.²

Há consenso entre estudiosos sobre a importância de um eventual sucesso do Plano Trienal para a consolidação do governo Goulart. A falência do programa econômico de Furtado certamente contribuiu para a instabilidade que levaria ao golpe civil-militar de 1964. Não é à toa, portanto, que muitos foram os autores que se debruçaram sobre as razões pelas quais o Plano teria fracassado.³ Apesar de essa pergunta ter recebido as mais diferentes respostas, todas se focaram em fatores de ordem doméstica, desde as pressões das classes sociais pelo relaxamento da política de estabilização até conflitos entre os poderes executivo e legislativo, uma suposta falta de interesse do Presidente Goulart em apoiar um plano de estabilização por razões eleitorais, e a inexistência de um adequado instrumental de política econômica, tal como, por exemplo, a de um efetivo banco central. É de se ressaltar a ausência de estudos sobre as relações financeiras entre os governos brasileiro e norte-americano no período. Essa lacuna é muito significativa na medida em que os próprios membros da administração Goulart, inclusive Celso Furtado e o Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, reconheciam a importância do aporte de recursos estrangeiros, em especial dos Estados Unidos, para que o Plano fosse bem-sucedido. Afinal, os compromissos externos brasileiros para o triênio 1963-1965 eram consideráveis. Apenas em 1963 o passivo potencial era de quase US\$ 900 milhões, o que representava mais da metade do valor das exportações nacionais em 1962.⁴ Sem uma substancial ajuda externa, portanto, seria impossível conciliar contenção inflacionária e crescimento econômico, tal como objetivava o Plano Trienal.

O artigo analisa as relações Brasil-Estados Unidos no contexto do Plano Trienal, com foco nas negociações de auxílio financeiro entre os países. Utilizam-se basicamente fontes oficiais dos governos brasileiro e norte-americano, em especial a comunicação entre a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e os principais órgãos governamentais em Washington. A análise da documentação sugere que cálculos econômicos estiveram longe de ser predominantes na determinação do apoio financeiro estadunidense ao Plano Trienal. Desde as primeiras sondagens realizadas pelo governo Kennedy nesse sentido, feitas por uma missão enviada ao Brasil em outubro de 1962, nota-se o peso de questões de natureza política, particularmente a relação do presidente Goulart com grupos considerados

¹ Para um balanço da economia brasileira no início dos anos 1960, ver BAER (1979: 181-220).

² Para o Plano Trienal, ver ABREU (1990: 206-9); BANDEIRA (1983: 89-99); BRASIL (1962); DALAND (1967:143-71); MACEDO (1987: 52-67); MESQUITA (1992: 165-236); MONTEIRO (1999: 87-98); SILVA (1992, 147-94); SOCHACZEWSKY (1991: 210-7); e WELLS (1977:221-8).

³ Ver ARAÚJO *et alli* (2006); FIGUEIREDO (1993: 92-112); FONSECA (2004); LEFF (1977: 102-3); LOUREIRO (2010); MACEDO (1987: 64-5); MONTEIRO (1999: 135-38); SILVA (1992); SOCHACZEWSKY (1991: 210-7); e SOLA (1998: 350-99).

⁴ CIA Memorandum, 3936/62, "Brazil's Balance of Payment Crisis", John F. Kennedy Library, Boston (a seguir JFKL), National Security Files (a seguir NSF), Papers of Ralph Dungan (a seguir PRD), Box 390, Folder Brazil General 11/62-12/62, p.1.

comunistas por Washington, para o cálculo decisório da concessão de recursos. Essas questões intensificaram-se em dezembro de 1962, culminando com uma visita do próprio irmão do presidente norte-americano, Robert Kennedy, ao Brasil. O momento crucial, porém, deu-se com a viagem do Ministro da Fazenda brasileiro aos Estados Unidos em março de 1963. Os resultados da missão de San Tiago Dantas ficaram aquém do esperado. O artigo argumenta que a timidez do apoio financeiro norte-americano teria desempenhado papel decisivo no malogro do Plano Trienal. Sugere-se, nesse sentido, que os fatores externos devem ser colocados em patamar de importância semelhante, se não até maior, do que o das questões domésticas ressaltadas pela literatura para explicar a falência do programa econômico janguista.

Para além desta introdução, o artigo está dividido em três seções. Nas primeira e segunda partes, examinam-se as relações entre os governos Goulart e Kennedy durante o processo de formulação (setembro a dezembro de 1962) e de execução (janeiro a julho de 1963) do Plano Trienal. Na terceira seção, apresentam-se algumas conclusões.

O contexto de formulação do Plano Trienal e o governo Kennedy

Em outubro de 1962, sob ordens diretas do presidente John Kennedy, uma equipe norte-americana liderada pelo general William Drapper foi enviada ao Brasil para analisar a situação financeira do país. Após a realização de encontros com empresários e autoridades governamentais, o grupo produziu um relatório bastante controverso sobre a administração Goulart. “O Brasil está na iminência de uma catástrofe financeira”, assinalou Drapper. O déficit externo do país para 1963 foi estimado em US\$ 900 milhões; quantia esta muito superior a capacidade de pagamento doméstica. Diante desse quadro, Drapper propôs a intensificação de uma política de “linha dura” no que se referia à concessão de auxílio financeiro ao Brasil. Os Estados Unidos deveriam manter somente “ajuda limitada” até que “a situação brasileira (*fosse*) arrumada”, ou seja, até que Goulart fosse retirado do poder. Drapper imaginava que os problemas econômicos e sociais locais se intensificariam de tal maneira sem uma ajuda norte-americana que os militares dariam um golpe contra Goulart para restabelecer a ordem. No caso de Washington considerar preferível manter uma “assistência econômica de curto prazo”, o relatório recomendou que esse auxílio fosse condicionado à aplicação pelo governo Goulart de um “programa de estabilização responsável”, isto é, capaz de apresentar “resultados imediatos” especialmente no quesito inflação e déficit externo. No entanto, esse quadro era considerado pouco provável na medida em que Goulart estaria trabalhando com a perspectiva de uma solução “gradualista” para a inflação (leia-se Plano Trienal). É nesse sentido que não seria recomendável aos Estados Unidos “adiarem uma crise” por meio da concessão de mais recursos. “Infelizmente”, concluiu Drapper, “parece que as condições no Brasil precisam piorar antes de melhorarem”.⁵

As conclusões do relatório Drapper não foram aceitas de modo unânime pelos membros do governo Kennedy. Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil, discordou veementemente da previsão de que Goulart seria retirado do poder uma vez que os Estados Unidos decidissem intensificar sua política de “linha dura”, levando a uma deterioração das condições econômicas. “Isso é altamente especulativo e nós acreditamos (*que seja*) implausível. Os militares falharam em excluir Goulart em agosto de 1961”, quando da renúncia de Quadros. Um golpe contra o presidente só seria bem sucedido se Goulart desrespeitasse abertamente a constituição ou apoiasse uma tentativa de golpe comunista –

⁵ “Report to the President by the Interdepartmental Survey Group on Brazil”, 03.11.1962, JFKL, NSF, Box 13, Folder Brazil General 11/1/62-11/15/62.

situações interpretadas como improváveis naquele contexto. Gordon considerou ainda “politicamente inviável” que Washington pressionasse o governo brasileiro a solucionar o problema da inflação em apenas um ano. Um programa de estabilização “gradual” e que trabalhasse, ao mesmo tempo, para a manutenção de taxas mínimas de crescimento seria mais apropriado tendo em vista as “limitações atuais” do país.⁶

Outros membros do governo Kennedy, no entanto, mostraram-se amplamente favoráveis à abordagem proposta por Drapper. Frank K. Sloan, Secretário Assistente para Assuntos Americanos no Departamento de Estado, afirmou que “a manutenção de Goulart no poder é prejudicial aos interesses dos Estados Unidos”. Sloan recomendou que Washington desenvolvesse um “programa passo-a-passo” a fim de não dar escolha ao presidente brasileiro: ou Goulart aceitava esse programa, separando-se “de uma vez por todas” dos comunistas; ou, no caso contrário, ter-se-ia o envolvimento “inequívoco” do presidente com a esquerda radical, dando aos militares “tanto o pretexto quanto o apoio público para removê-lo”. A aplicação de um rígido plano de estabilização faria parte de tal “programa passo-a-passo”, para além de recomendações referentes à área sindical, às supostas infiltrações comunistas no governo, e à necessidade de o Itamaraty abandonar a chamada Política Externa Independente (PEI).⁷

Apesar de o Departamento de Estado ter acatado parte das críticas feitas ao Relatório Drapper, a idéia de um “programa passo-a-passo” para comprometer ou separar Goulart dos comunistas também ganhou apoio no governo Kennedy. Em resposta aos comentários de Lincoln Gordon, o Secretário de Estado Dean Rusk afirmou que “nós reconhecemos que não é razoável esperar êxito completo de (*um programa de*) estabilização em menos de um ano ou dois”. Por outro lado, “nós não estamos dispostos e nem aptos a prover pesados recursos para satisfazer a perspectiva de um enorme déficit no balanço de pagamentos brasileiro”. Os Estados Unidos estariam propensos a ajudar financeiramente o governo Goulart somente junto com outros credores (inclusive o FMI) e baseados em um conjunto de condições, tais como a implementação de um “fundamentado programa de estabilização e de desenvolvimento econômico”, a resolução dos casos de expropriação envolvendo subsidiárias de empresas norte-americanas, e o “mais importante”, o fim da tendência da administração Goulart de “se afastar da solidariedade hemisférica” (leia-se PEI) e de comprometer a “democracia liberal e representativa” no país (isto é, fim dos vínculos entre o presidente e grupos “comunistas” nos meio sindical, político e militar).⁸

Para piorar a situação, em novembro de 1962, Goulart ameaçou Lincoln Gordon com a possibilidade de o Brasil aceitar “ajuda econômica soviética” caso o governo Kennedy se negasse a fornecer recursos para o Plano Trienal. Segundo Goulart, as dificuldades que adviriam de uma negativa de auxílio norte-americano ao Brasil, tais como racionamento de energia e escassez de importações, exigiriam uma “socialização ainda mais ampla da economia”. Nesse contexto, o próprio presidente brasileiro “denunciaria os Estados Unidos por depreciarem os termos de troca latino-americanos”, visando “preparar a população para

⁶ Telegram of the U.S. Embassy in Rio de Janeiro to the Department of State (a seguir Embtel), 924, Section I, 02.11.1962, JFKL, President Office's Files (a seguir POF), Box 112, Folder 16, pp.2-3.

⁷ Memo, Frank K. Sloan to Edwin Martin, 14.11.1962, National Archives and Records Administration, Maryland (a seguir NARA), Record Group (a seguir RG) 59, Box 3, Folder Mis 5d, pp.2-6. A PEI possuía três linhas básicas de ação: estreitamento do vínculo do Brasil com nações do Terceiro Mundo; restabelecimento de relações diplomáticas com países do bloco socialista; e defesa do princípio de autodeterminação dos povos. Baseado nisso, o Brasil opôs-se à adoção de medidas contra Cuba. Para maiores informações, ver STORRS (1973).

⁸ Telegram of the Department of State to US Embassy in Rio de Janeiro (a seguir Deptel), 1147, 15.11.1962, JFKL, POF, Box 112, Folder 16, pp.1-3.

enfrentar os sacrifícios necessários”. Goulart afirmou ainda que acreditava “que a maior parte da América Latina se juntaria a ele na oposição contra os Estados Unidos”. Segundo Gordon, a posição do presidente era reflexo da influência de Celso Furtado, para quem a economia brasileira teria uma opção “viável” sem o auxílio norte-americano.⁹

As ameaças de Goulart acarretaram sérias conseqüências. O Departamento de Estado ordenou a realização de estudos sobre a possibilidade de assistência soviética ao Brasil e sobre as alternativas apresentadas à economia brasileira no caso de rompimento com os Estados Unidos.¹⁰ Os resultados obtidos foram bastante animadores para Washington. Um desses relatórios, redigido pela embaixada no Rio de Janeiro, estimou que o Brasil enfrentaria um déficit de US\$ 1,35 bilhão na balança de pagamentos (já se levando em conta a economia gerada pela moratória da dívida externa). Para tentar fechar esse déficit, o país poderia cortar todas as remissões dos investidores estrangeiros ao exterior (economia estimada em US\$ 500 milhões) e ampliar relações comerciais com países socialistas (créditos de até US\$ 250 milhões). Ainda assim restariam US\$ 600 milhões em aberto. A única forma de se cobrir esse valor seria por meio do corte de importações essenciais. Isso, porém, acarretaria em um “forte impacto negativo na economia brasileira”.¹¹ Por isso, “nós achamos que qualquer brasileiro razoável, por mais esquerdista que seja, hesitaria em procurar ou em aceitar um rompimento com os Estados Unidos nesse estágio”.¹²

Com consciência de sua posição de superioridade, a administração Kennedy passou a discutir as atitudes que deveriam ser tomadas após as ameaças feitas por Goulart. A maior parte das autoridades argumentou que Washington deveria condicionar claramente uma nova ajuda financeira à mudança de orientação política do governo brasileiro. Destacou-se que medidas favoráveis implementadas por Goulart na área econômica (como um eficiente programa de estabilização) não seriam suficientes se o regime continuasse a tendência de manter “sindicalistas” e “cripto-comunistas” em posições governamentais.¹³ De acordo com Lincoln Gordon, seria preciso “fazer de demandas políticas o preço do nosso apoio econômico”. Essas demandas deveriam ser apresentadas “explicitamente” a Goulart, de preferência por um “emissário presidencial com autoridade”. Gordon ressaltou ainda que o contexto enfrentado pelos Estados Unidos no Brasil se compararia ao “esforço” realizado em 1941 para “converter Vargas do lado alemão para os Aliados”. “Se isso falhar”, afirmou, “nós precisamos considerar todos os meios possíveis para promover (*uma*) mudança de regime”.¹⁴

A importância dada ao caso brasileiro pelo governo Kennedy pôde ser constatada pelo fato de que a administração Goulart virou tema de apreciação do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*, NSC) em reunião do dia 11 de dezembro de 1962. Discutiram-se nesse encontro três possíveis cursos de ação a serem aplicados ao Brasil: (a) “observar e esperar” a evolução dos acontecimentos; (b) “colaborar com os elementos brasileiros hostis a Goulart com o intuito de causar sua queda”; e (c) “buscar mudança na orientação política e econômica” do regime janguista. O Conselho votou pela terceira alternativa, porém com duas ressalvas. Em primeiro lugar, esse esforço de modificação do governo brasileiro deveria acontecer por meio de uma “grande confrontação com Goulart”, a ser aplicada por um “emissário especial” do presidente norte-americano (como sugerido por Lincoln Gordon). A pessoa escolhida para realizar tal missão foi o próprio irmão do presidente, Robert Kennedy, então Procurador-Geral de Justiça. Além disso,

⁹ Embtel 1001, Section II, 23.11.1962, JFKL, POF, Box 112, Folder 16, pp.2-3.

¹⁰ Deptel 1188, 27.11.1962, JFKL, POF, Box 112, Folder 16.

¹¹ Embtel 1072, 03.12.1962, Section I.

¹² Embtel 1072, 03.12.1962, Section II, p. 1.

¹³ Idem, Section III, p. 1.

¹⁴ Embtel 977, 19.11.1962, Section I, JFKL, POF, Box 112, Folder 16, pp.1-2.

em segundo, estabeleceu-se que “os requisitos e as possibilidades de mudança para a alternativa b (*colaboração em golpe contra Goulart*) deve(ria)m ser mantidos sob ativa e contínua consideração”. Uma semana depois da reunião do NSC, Bob Kennedy desembarcaria em Brasília para “conferenciar” com o presidente brasileiro.¹⁵

No encontro entre Goulart e Bob Kennedy, que contou com a presença apenas do embaixador Lincoln Gordon, o emissário norte-americano foi direto ao ponto: o presidente Kennedy estaria “preocupado” com alguns aspectos da “conjuntura brasileira”, entre os quais os “muitos sinais de infiltração comunista ou de nacionalistas de extrema-esquerda” no governo, nas Forças Armadas, na “liderança dos sindicatos de trabalhadores” e na “liderança estudantil”, bem como a “deterioração da situação econômica do Brasil, tanto interna quanto externamente”. Bob Kennedy também fez menção à importância de se tratar as atividades empresariais “com justiça”, em particular no que se refere ao pagamento de “indenização adequada” às empresas expropriadas pelo estado. Por fim, o emissário norte-americano ressaltou que os Estados Unidos queriam “cooperar com o Brasil” (ou seja, apoiar financeiramente o Plano Trienal), mas que antes o presidente deveria “colocar a casa em ordem”.¹⁶ Em sua resposta, Goulart argumentou que ele teria sido obrigado “a organizar as forças populares” para ficar no poder, pois as “elites” lhe teriam “virado as costas”; e que os problemas econômicos brasileiros deviam-se à deterioração dos termos de troca, e não à irresponsabilidade governamental. Segundo Goulart, “a população brasileira escuta da imprensa” notícias sobre as dificuldades econômicas com os Estados Unidos, enquanto países socialistas oferecem empréstimos de longo prazo ao Brasil. Isso geraria uma “pressão” que não se poderia ignorar, apesar de ele, Goulart, não ser comunista e ter lutado contra os comunistas desde o início de sua carreira.¹⁷

Insatisfeito com a resposta, Bob Kennedy insistiu que Goulart não havia compreendido a preocupação do presidente norte-americano, particularmente sobre a presença de membros do governo brasileiro contrários aos Estados Unidos. Irritado, Goulart demandou “de modo ríspido” a Bob Kennedy que nomeasse essas pessoas. O Procurador-Geral disse que “não queria entrar em nomes específicos” e mandou Lincoln Gordon “comentar”. O embaixador afirmou que havia alguns órgãos do governo brasileiro onde tal “problema (*seria*) agudo”, tais como Petrobrás, Ministério de Minas e Energia, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O presidente respondeu que existiam certos membros “que professavam posições antiamericanas” no “baixo escalão” desses órgãos, mas que estes não teriam poder algum para influenciar as políticas do governo brasileiro. Goulart reiterou que os Estados Unidos poderiam ter “confiança” de que ele não “cairia no jogo dos comunistas”, e que o presidente Kennedy deveria vencer a Guerra Fria na América Latina apoiando os regimes democráticos do hemisfério. Goulart salientou ainda que a ajuda financeira norte-americana seria “indispensável” para o sucesso do Plano Trienal. No final, o clima do encontro tinha voltado a ser cordial. Na manhã seguinte Bob Kennedy retornaria a Washington.¹⁸

A visita de Bob Kennedy ao Brasil representou um ultimato do governo norte-americano a João Goulart: ou o presidente brasileiro mudava a orientação política de seu regime, ou os Estados Unidos não o apoiariam financeiramente. Questões de natureza econômica, como a implementação de um eficiente programa de estabilização, e a resolução dos litígios envolvendo subsidiárias de empresas norte-americanas que haviam sido

¹⁵ “O Estado de São Paulo” (a seguir OESP), 19.12.1962, p. 2

¹⁶ Embtel A-710, 19.12.1962, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 12/16/62 - 12/31/62, p.2.

¹⁷ Idem, pp.5-10.

¹⁸ Ibidem, pp.12-5.

expropriadas, apesar de importantes, não se mostraram tão essenciais para Washington em sua avaliação sobre o governo brasileiro quanto o problema da “aliança” de Goulart com os “comunistas”.¹⁹ É importante destacar, no entanto, que essas questões de ordem econômicas também entrariam no rol das condições de auxílio apresentadas ao Brasil – inclusive com o mesmo peso que o dos temas políticos. Isso se justifica por duas razões: em primeiro lugar, porque elas se encaixavam perfeitamente no espírito de um “programa passo-a-passo” para destruir ou comprometer de vez a ligação de Goulart com a esquerda radical; e, em segundo, porque elas representavam interesses de poderosos grupos empresariais nos Estados Unidos, tais como bancos privados e multinacionais. Assim, a pressão exercida pela administração Kennedy para que o governo brasileiro aplicasse um rígido programa de estabilização representava um meio para atingir um objetivo maior (a ruptura da aliança de Goulart com os comunistas), mas também um fim em si mesmo. Afinal, credores públicos e privados norte-americanos queriam ter certeza de que o Brasil cumpriria seus compromissos financeiros; algo que um bem-sucedido plano de estabilização garantiria.

Resta saber até onde Goulart estaria disposto a trilhar para receber o apoio da administração Kennedy. A resposta viria ao longo do primeiro semestre de 1963, período crucial de implementação do Plano Trienal, analisado na próxima seção.

O contexto de implementação do Plano Trienal e o governo Kennedy

O governo Kennedy foi o primeiro ator a ter acesso ao Plano Trienal. Dias antes de o programa ter sido apresentado ao Conselho de Ministros, em 18 de dezembro de 1962, o presidente João Goulart organizou um encontro entre Celso Furtado, Lincoln Gordon e Ralph Korp (adido financeiro da embaixada). A idéia era a de que Washington recebesse uma “descrição preliminar dos trabalhos” e pudesse “fazer comentários em uma fase inicial”. Segundo Gordon, não houve condições naquele momento de concluir sobre a “viabilidade” do programa, pois Furtado teria feito apenas uma apresentação “genérica”, sem “números exatos”. No entanto, Korp insistiu sobre a importância de o Brasil reatar contatos com o FMI, bem como tomar providências para manter o fluxo de capitais externos. Sem isso, argumentou-se, o Plano Trienal não seria bem-sucedido.²⁰

A frágil situação financeira do Brasil demandava uma ajuda imediata dos Estados Unidos. Conforme Gordon, março de 1963 seria o “mês decisivo”. Sem refinanciamentos ou novos recursos, dificilmente o país escaparia da “inadimplência”.²¹ Goulart teria, portanto, alguns meses para mostrar que cumpriria o “conjunto de condições” apresentadas por Bob Kennedy. No geral, o presidente deu claros sinais de que estava disposto a ceder. Em janeiro de 1963, o governo brasileiro concluiu acordo com a *International Telephone and Telegraph* (ITT), pagando compensação pela expropriação de uma das subsidiárias da empresa no Rio Grande do Sul.²² Além disso, Goulart seguiu as recomendações sobre a necessidade do reatamento das relações com o FMI. Ainda em janeiro, o governo brasileiro convidou uma missão do FMI para visitar o país antes de serem iniciadas negociações em Washington. Sob ordens do Itamaraty, no entanto, o embaixador nos Estados Unidos Roberto Campos pediu

¹⁹ O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), expropriou subsidiárias locais da *American Foreign and Power* (AMFORP) e da *International Telephone and Telegraph* (ITT) em 1959 e 1962, respectivamente, depositando quantias simbólicas como indenização. De acordo com o princípio federativo da Constituição de 1946, o caso deveria ser resolvido no âmbito da justiça estadual. Ver BANDEIRA (1983: 49-52), DULLES (1970: 170-1), LEACOCK (1990: 85-8) e MIRANDA (2006: 114-31).

²⁰ Embtel 1154, Sections I-II, 17.12.1962, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 12/16/62-12/31/62.

²¹ Embtel 1436, 29.01.1963.

²² Emprep A-941, 18.02.1963, Idem, Folder 2/63.

para que a visita fosse mantida sob sigilo. A demanda foi parcialmente acatada pelo governo Kennedy. Acordou-se que não seriam feitos esforços nem para mantê-la em segredo, e nem para publicizá-la.²³

Dias depois, porém, a *United Press International* (UPI) misteriosamente divulgaria a notícia sobre a missão do FMI no Brasil. Visando minimizar o impacto das acusações de que a administração Goulart seria “entreguista”, as autoridades brasileiras apressaram-se em desmentir o convite, alegando que os técnicos do Fundo estariam no país apenas para uma “visita de rotina”, e não com o intuito de analisar o Plano Trienal. Roberto Campos salientou ainda que negociações sobre financiamento externo começariam “somente quando o governo brasileiro assim decidisse”.²⁴ A embaixada britânica no Rio insinuou à Londres que o vazamento teria sido ocasionado pelo próprio Departamento de Estado; interpretação esta compartilhada por autoridades em Brasília.²⁵ Se as suspeitas britânicas forem verdadeiras, a atitude norte-americana só poderia ter uma finalidade: intensificar críticas da esquerda radical ao governo Goulart, colaborando para uma possível ruptura entre eles.

Apesar do vazamento de informações, o governo brasileiro não criou impedimentos para os trabalhos da missão do FMI. Isso foi considerado pela embaixada norte-americana como mais um sinal de que desta vez Goulart estaria disposto a ceder. Os técnicos do Fundo chegaram ao Brasil no final de janeiro de 1963, reuniram-se com diversas autoridades governamentais, retornando à Washington uma semana depois. O grupo informou a Lincoln Gordon que teria ficado “impressionado” com o esforço do Ministro da Fazenda San Tiago Dantas. No entanto, salientou-se que o governo brasileiro ainda não teria produzido “evidências suficientes” para provar que seria capaz de implementar um “verdadeiro programa de estabilização”. Exemplo disso estaria na questão do déficit público, cujas estimativas oficiais para 1963 (Cr\$ 300 bilhões) estariam muito acima da avaliação feita pelo grupo (Cr\$ 450 bilhões).²⁶ O chefe da missão Jorge del Canto reconheceu ainda que o FMI teria “algumas dificuldades conceituais” com a abordagem gradualista do Plano Trienal no combate à inflação.²⁷ A mensagem subliminar foi clara: para obter um *standby* com o Fundo, a administração Goulart precisaria aplicar medidas de estabilização ainda mais severas.²⁸

Um dia após a partida da missão do FMI, o governo Kennedy enviou ao Brasil um grupo para discutir o Plano Trienal. Objetivava-se preparar terreno para as negociações financeiras a serem realizadas em Washington no mês seguinte. Chefiados pelo Subsecretário de Assuntos Americanos Herbert May, a missão travou inúmeras reuniões com o Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, e discutiu vários aspectos de política econômica. Logo no primeiro encontro, May pressionou o ministro para que os controles cambiais fossem extintos “o mais rápido possível”. O Subsecretário salientou que essa medida estimularia as exportações brasileiras, além de facilitar a conclusão de um *standby* com o FMI. May também apresentou preocupações quanto aos efeitos de excessivos aumentos salariais para o cumprimento das metas do Plano Trienal. Em resposta, San Tiago Dantas disse que não poderia assumir compromissos sobre o câmbio naquele momento, mas assegurou que o

²³ Embtel 1305, 11.01.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501.

²⁴ UK Embassy Report to J. Anson, British Treasury Chambers, 08.01.1963, The National Archives, Londres (a seguir TNA), Foreign Office’s Papers (a seguir FO), 371/172354, p.2.

²⁵ Idem, p. 3. Última Hora (a seguir UH), 23.01.1963, p. 4.

²⁶ Embtel 1463, 04.02.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501. Para os elogios da missão ao Ministro San Tiago Dantas, ver OESP, 27.01.1963, p. 5; e 29.01.1963, p. 7.

²⁷ Embassy Report (a seguir Embrep) A-778, 07.01.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501 p. 1.

²⁸ Em um *standby agreement* (“acordo de reserva”), permite-se com que o país beneficiário saque créditos junto ao Fundo, normalmente com fins de regularização de desequilíbrios da balança de pagamentos, conforme o desempenho em metas pré-acordadas de política econômica. BARRO & LEE (2005: 1247-8).

governo estaria tomando providências para evitar reajustes salariais acima do nível da inflação em 1963.²⁹

Nas reuniões subseqüentes entre Dantas e May, discutiram-se outros temas de política econômica, particularmente os motivos que levaram a administração Goulart a adotar uma abordagem gradualista de combate à inflação. Dessas discussões, destaca-se o compromisso assumido pelo Ministro da Fazenda de executar o programa de estabilização em um período inferior a três anos, caso o Brasil recebesse “mais auxílio internacional que o esperado”. Após o retorno de Herbert May para os Estados Unidos, Lincoln Gordon telegrafou a Washington assinalando que as reuniões do grupo com o Ministro da Fazenda teriam sido “altamente proficuas”. O embaixador considerou importante a “confissão” de Dantas de que o Plano Trienal poderia ser “encurtado” se o Brasil fosse contemplado com maior quantidade de auxílio internacional.³⁰

Apesar das diversas sugestões de política econômica feitas por Herbert May a San Tiago Dantas, o desempenho do Plano Trienal nos primeiros meses de 1963 era elogiado com freqüência por membros do governo Kennedy. Em relatório enviado ao Departamento de Estado em fevereiro, por exemplo, a embaixada norte-americana afirmou que seria “justo admitir” que até aquele momento o plano estaria demonstrando “vigor e consistência”, tendo avançado “etapas substanciais”.³¹ No mês seguinte, em memorando ao presidente Kennedy, Lincoln Gordon assinalou que “o programa vem sendo implementado com uma firmeza de propósitos incomparável no Brasil nos anos recentes”.³² Em outro documento dirigido a Kennedy, desta vez pelo Departamento de Estado, reconheceu-se que “o Plano contém ingredientes essenciais para um efetivo programa (*de estabilização*)”, apesar de também incluir um “grande número de problemas técnicos e políticos”. No saldo geral, porém, conforme o relatório, a avaliação era positiva devido à “firmeza” demonstrada pela equipe econômica do governo em perseguir a meta de estabilizar a economia.³³

Apesar das concessões de Goulart às demandas de Washington, particularmente no que se refere à resolução do caso da ITT, ao convite à missão do FMI, ao não-questionamento do vazamento de informações à imprensa sobre a visita do Fundo ao Brasil, e ao bom desempenho do Plano Trienal, a administração Kennedy mantinha sérias ressalvas políticas com o presidente brasileiro. O principal motivo dessas restrições era a permanência de figuras “contrárias aos Estados Unidos” no governo federal, em especial o “cripto-comunista” Almino Afonso (Ministro do Trabalho), o “provável comunista” Evandro Lins e Silva (Chefe do Gabinete Civil), o “comunista” Raul Ryff (Assessor de Imprensa da Presidência), o “protegido de Brizola” João Caruso (Diretor da Superintendência de Política Agrária, SUPRA), e o “economista de extrema esquerda” Cíbilis Viana (Assessor Econômico da Presidência).³⁴ Na interpretação de Washington, por mais que Goulart tivesse avançado em muitos aspectos, inclusive em termos de política econômica, o presidente continuava a ignorar a principal reclamação dos Estados Unidos: a “infiltração comunista” no governo.

Inúmeras foram as vezes em que membros do governo Kennedy lembraram seus colegas brasileiros sobre a negligência de Goulart nesse sentido. Em dezembro de 1962, uma semana após o ultimato apresentado por Bob Kennedy, Edwin Martin deixou claro a Roberto

²⁹ Memorandum of Conversation (a seguir MemCon), Dantas, May, *et alli*, 04.02.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil General, 2/63.

³⁰ Embtel 1514, 11.02.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil General, 2/63.

³¹ Emrep A-941, 18.02.1963, p. 7.

³² MemPres, 07.03.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 3/1/63-3/11/63, p. 1.

³³ MemPres, 04.03.1963, JFKL, NSF, PRD, Box 390A, Folder Brazil, 1/63-6/63, p. 1.

³⁴ *Idem*, p. 4; Department of State's Report (a seguir Deprep), 25.01.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 1/63; “Unfulfilled Commitments of President Goulart”, 03.1963, *Idem*, p. 2.

Campos que as dificuldades encontradas pelo Brasil na liberação de verbas em Washington não estariam relacionadas a “questões econômicas ou financeiras, mas políticas”. Segundo Martin, “os Estados Unidos precisam saber se há bases para uma futura cooperação com o governo brasileiro”. O Secretário norte-americano referiu-se então à necessidade de Goulart mudar as orientações de sua política exterior e substituir os “funcionários hostis aos Estados Unidos” que se encontravam em altos cargos governamentais.³⁵ Da mesma maneira, em fevereiro de 1963, na primeira das três reuniões realizadas entre May e Dantas para supostamente discutir o Plano Trienal, o subsecretário norte-americano assinalou que os Estados Unidos não estariam preocupados “apenas com política econômica”, mas também com “a orientação política e a infiltração comunista no governo”. May assinalou ainda que Washington “não teria predileção em financiar uma mudança brasileira para o campo inimigo”.³⁶

As autoridades brasileiras tentaram explicar aos norte-americanos que os temores sobre participação comunista no governo Goulart eram infundados. O embaixador Roberto Campos, em reunião com Gordon, argumentou que Almino Afonso teria sido escolhido para compor o gabinete porque Goulart achava importante ter um Ministro do Trabalho capaz “de extrair dos trabalhadores brasileiros os sacrifícios necessários pelo esforço de estabilização”. Campos afirmou ainda que Almino Afonso seria “um reformista, mas não um revolucionário”. De forma semelhante, quando confrontado por Herbert May sobre a suposta “infiltração comunista”, San Tiago Dantas afirmou que muitos funcionários interpretados como “comunistas” pelo governo Kennedy seriam, na realidade, apenas “nacionalistas” dos mais variados matizes ideológicos. O Ministro da Fazenda também salientou que os “esquerdistas” com cargos políticos constituiriam apenas reflexo do equilíbrio de poder na sociedade. Dantas creditava ao “subdesenvolvimento” essa parcela de apoio social usufruída pela esquerda no Brasil.³⁷ Argumentos semelhantes foram empregados por Goulart junto a Lincoln Gordon.³⁸

Seria em um contexto de incertezas, portanto, marcado pelas conhecidas reservas do governo Kennedy, que San Tiago Dantas partiria para Washington em março de 1963 para negociar financiamentos ao Brasil. O Ministro da Fazenda sabia que o êxito de seu programa econômico dependia de uma substancial ajuda dos Estados Unidos. A frágil posição política do governo, acusado de “entreguista” por setores da esquerda, criava sérios constrangimentos ao ministro. Um mês antes da viagem, Dantas alertou Herbert May que sua missão em Washington só poderia acontecer “se houvesse chances reais de sucesso nas negociações”, caso contrário ele seria obrigado a renunciar.³⁹ Goulart descreveu a situação em termos ainda mais extremos. Segundo o presidente brasileiro, em carta a Kennedy, o Plano Trienal seria “o único meio capaz de harmonizar estabilidade econômica, a preservação da paz social, e a continuidade democrática”.⁴⁰ Outros atores políticos também enxergavam no programa de Dantas “a última chance da democracia no Brasil”.⁴¹ Certamente havia um tom de exagero nessas predições, motivado pela necessidade de o governo Goulart barganhar recursos. Apesar disso, tendo em vista os compromissos externos do país em 1963, era evidente que o futuro do Plano Trienal muito dependia do desfecho das negociações em Washington.

³⁵ Deptel 1332, 29.12.1962, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 12/16/62 to 12/31/62, p. 3.

³⁶ Embtel 1488, 06.02.1963, Idem, Folder Brazil, General, 2/63, pp. 1-2.

³⁷ Embtel 1488, 06.02.1963, pp. 2-3.

³⁸ Embtel 1602, 23.02.1963, pp. 1-2.

³⁹ Embtel 1488, 06.02.1963, pp. 2.

⁴⁰ Letter, João Goulart to John F. Kennedy, 08.03.1963, JFKL, POF, Box 112, Folder 13, p. 2.

⁴¹ Embtel 1767, 19.03.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil General, 3/12/63-3/21/63.

A proposta de assistência econômica apresentada por San Tiago Dantas ao governo Kennedy foi audaciosa. Ao total, entre refinanciamentos e empréstimos, o Brasil solicitou US\$ 839,7 milhões aos Estados Unidos (tabela 1). Esses recursos seriam distribuídos ao longo de três anos, sendo quase a metade com liberação prevista para 1963. Além disso, deu-se preferência às instituições públicas que ofereciam condições subsidiadas de empréstimos, ou seja, *Agency of International Development (AID)* e *Export-Import Bank (Eximbank)*. A idéia era a de minimizar os compromissos externos do Brasil durante o período de implementação do Plano Trienal. Por fim, a proposta também incluiu os recursos que seriam solicitados à Europa e ao FMI, que totalizavam mais de US\$ 321 milhões.⁴²

Tabela 1, Proposta da Missão San Tiago Dantas de assistência financeira internacional ao Brasil, 1963-1965 (US\$ milhões)

Fontes	1963	1964	1965	1963-1965
Departamento do Tesouro*	25,0	-	-	25,0
Eximbank*	150,3	33,6	30,8	214,7
AID*	200,0	200,0	200,0	600,0
FMI	82,0	80,5	-	162,5
Europa (refinanciamentos)	46,0	23,0	13,0	82,0
Europa (reativação créditos)	77,0	-	-	77,0
Total (fontes EUA)	375,3	233,6	230,8	839,7
Total (Europa e FMI)	205,0	103,5	13,0	321,5
Total	580,3	337,1	243,8	1161,2

Fontes: “Brazilian Proposal for Debt Re-Scheduling”, *op. cit.*, pgs 3-8.

Notas: * Não inclui refinanciamentos. Significado das siglas das agências apresentadas nessa coluna podem ser encontrados no texto.

As constantes advertências de Goulart sobre a importância de uma substancial assistência externa para o sucesso do Plano Trienal não comoveram os membros do governo Kennedy. Logo no início das negociações, David Bell, administrador da AID, deixou claro a Dantas que os Estados Unidos não teriam condições de contemplar a quantidade de recursos prevista pela proposta brasileira. Bell salientou também que os fundos norte-americanos estariam condicionados ao “desempenho” do governo Goulart em um conjunto de áreas (políticas monetária, cambial, fiscal); teriam distribuição programada para um ano (ao invés de três); e contariam com mínimas liberações imediatas. Segundo Bell, razões econômicas, tais como o déficit da balança de pagamentos norte-americana e o histórico brasileiro de quebras de compromissos em planos de estabilização, impediriam o governo Kennedy de agir de outra maneira.⁴³

Apesar dos argumentos apresentados por David Bell, é evidente que questões políticas desempenharam o papel de maior peso no curso das negociações nos Estados Unidos, principalmente o tema do relacionamento entre a administração Goulart e os comunistas. Sempre que possível, as autoridades norte-americanas abordavam essa questão. Em reunião com o presidente Kennedy, San Tiago Dantas apressou-se em dizer que o grupo político liderado por Goulart apresentaria “uma pequena proporção de socialistas, mas não de comunistas ou de extremistas”. Segundo o Ministro da Fazenda, se Goulart decidisse romper

⁴² “Brazilian Proposal for Debt Re-Scheduling”, 03.1963, RC d/emb 61.10.19, Pasta V.

⁴³ MemCon, Bell, Dantas, *et alli*, 15.03.1963, NARA, RG 84, Box 134, Folder 350, pp. 7-8.

apenas com os socialistas – um “pequeno grupo” que não teria influência alguma sobre as políticas do governo brasileiro –, isso geraria a dissolução do “amplo bloco” de sustentação do programa janguista (reformas sociais com democracia). Sem esse “amplo bloco”, os comunistas teriam oportunidade de se apresentarem à sociedade como bastiões da “bandeira esquerdista”, obtendo certamente apoio popular. Portanto, concluiu Dantas, não seria racional para Goulart romper com os socialistas naquele momento. Por outro lado, sobre a influência comunista no movimento sindical, o ministro argumentou que os elementos radicais perderiam apoio dos trabalhadores conforme o Plano Trienal começasse a apresentar resultados. Isso se deveria não apenas aos benefícios materiais a serem gerados pelo Plano, mas também ao fato de os comunistas terem se posicionado contra o programa econômico do governo.⁴⁴

O presidente norte-americano pareceu não ter levado em consideração os argumentos apresentados por Dantas. Em sua resposta, John Kennedy ressaltou que seria um “grande erro” permitir com que comunistas obtivessem espaço no movimento sindical, tendo em vista o “papel-chave desempenhado pelos sindicatos no fortalecimento da democracia”. O presidente ressaltou também que comunistas nunca apoiariam programas cujos objetivos seriam o de garantir “ordem e estabilidade”. Por isso, “eu acho que seria melhor livrar-se deles agora”. Kennedy esclareceu ainda que seu governo não enxergava como “comunistas” todos aqueles que fossem “esquerdistas e anti-Estados Unidos, porque estes são inevitáveis”. No entanto, “deve ser possível manter o apoio de elementos da esquerda sem depender dos comunistas”. Para o governo norte-americano, portanto, a diferenciação feita por Dantas entre “socialistas” e “comunistas” não pareceu ser relevante. Em sua resposta, o Ministro da Fazenda nem voltou a esse ponto. Dantas disse apenas que os comunistas seriam “removidos gradualmente da liderança dos sindicatos”, mas que esse processo “estaria condicionado à implementação do plano de estabilização”.⁴⁵

Apesar do reconhecido empenho feito pela administração Goulart na aplicação do Plano Trienal, o governo Kennedy não mudou seu posicionamento sobre a ajuda econômica que seria oferecida ao Brasil. Dantas tentou explicar a Bell que o condicionamento da liberação de recursos ao desempenho do governo brasileiro em metas de política econômica manteria o clima de “intranquilidade” no país. Os críticos do Plano Trienal, segundo o Ministro da Fazenda, acusariam a administração Goulart de estar agindo sob ordens de autoridades estrangeiras, minando a legitimidade do programa de estabilização. Bell, por outro lado, insistiu na importância de fixar empréstimos com performance. Muitos dos critérios de desempenho recomendados pelas autoridades norte-americanas, porém, foram considerados inaceitáveis pelo Ministro da Fazenda, tais como o estabelecimento de prazos específicos para a liberação total do câmbio, ou a extinção dos subsídios federais às companhias ferroviárias e marítimas.⁴⁶ Todavia, Dantas teve que ceder em outros pontos. O ministro consentiu na publicação de uma carta de intenções em nome do governo brasileiro, além de se comprometer a concluir o processo de encampação das subsidiárias da *American Foreign and Power* (AMFORP), a desvalorizar a taxa de câmbio para Cr\$ 600,00 por dólar “alguns dias” após seu retorno ao Brasil, e a buscar a conclusão de um acordo *standby* com o FMI até junho de 1963.⁴⁷ É de se destacar a ausência de temas como crescimento econômico ou reformas sociais na análise do desempenho brasileiro, apesar de, teoricamente, o governo Kennedy defender estes princípios em sua política de auxílio à América Latina.

⁴⁴ Deptel 1677, 13.03.1963, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 3/12/63-3/21/63, pp. 4-5, 8.

⁴⁵ Idem, pp. 7-10.

⁴⁶ MemCon, Bell, Dantas, 15.03.1963.

⁴⁷ Por motivos de espaço, não se poderá analisar os termos da carta de intenções assinada por Dantas. Ver Letter, Dantas to Bell, 25.03.1963, JFKL, POF, Box 112, Folder 17, pp. 2-4.

Os membros da Missão Dantas ficaram insatisfeitos com os termos e com a quantidade da ajuda norte-americana oferecida ao Brasil. O governo Kennedy consentiu na liberação imediata apenas de US\$ 84 milhões – e, mesmo assim, sob a condição secreta de a administração Goulart concluir a compra das subsidiárias da AMFORP. Os recursos restantes (US\$ 314,5 milhões) seriam distribuídos ao longo de um ano, e dependentes do desempenho brasileiro nos compromissos assumidos por Dantas (tabela 2). O Ministro da Fazenda também foi informado de que o governo Kennedy poderia rever os termos de seu auxílio econômico caso o governo Goulart não firmasse um *standby* com o FMI até junho de 1963.⁴⁸

Tabela 2, Resultado dos acordos financeiros de março de 1963 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América (US\$ milhões)

Instituições de crédito norte-americanas	Valor
I. Fundos sujeitos a liberação imediata*	
AID	25,5
EXIMBANK	33,0
Departamento do Tesouro	25,5
Sub-total	84,0
II. Fundos sujeitos a liberação posterior**	
AID	200,0
EXIMBANK†	44,5
Leis do Trigo (Public Law 480)	70,0
Sub-total	314,5
Total (I + II)	398,5

Fonte: “Resultado das negociações da Missão San Tiago Dantas”, março de 1963, Embaixada do Brasil em Washington, CPDOC-FGV, RC d/emb 61.10.19, Pasta V, p. 8.

Notas: * Condicionado ao término da negociação com as subsidiárias da AMFORP

** Condicionado aos termos do acordo Bell-Dantas (ver texto)

† Refinanciamentos referentes ao período 06.1963 a 05.1964

As autoridades brasileiras argumentaram enfaticamente contra a proposta de auxílio do governo norte-americano. Roberto Campos tentou mostrar aos membros do Departamento de Estado que a oferta do governo Kennedy “era boa em conteúdo” (afinal, US\$ 400 milhões não eram pouco dinheiro), mas não “em forma”, pois poucos recursos estariam sujeitos à liberação imediata. Campos assinalou ainda que somente duas alternativas seriam capazes de fortalecer politicamente Dantas no Brasil: a obtenção de uma incontestável “vitória” nas negociações com os Estados Unidos, o que enfraqueceria críticos do Plano Trienal, compensando dificuldades que se seguiriam ao processo de estabilização da economia; ou o rompimento das negociações em Washington, “excitando o paroxismo nacionalista, e procurando mobilizar nossos próprios recursos internos pela via do ressentimento e da arregimentação ideológica”. Uma “solução intermediária”, como a que os Estados Unidos estavam propondo, “conquanto economicamente útil, poderia ser politicamente desastrosa”. Diante da inflexibilidade norte-americana, Campos e Dantas chegaram a considerar a possibilidade de romper as negociações. Ambos concluíram, porém, que o Brasil ainda não tinha atingido a “temperatura de ruptura”, ou seja, o ponto em que “a mobilização do

⁴⁸ Memo for McGeorge Bundy, 24.03.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder 3/22/63-3/31/63.

sentimento nacionalista” seria capaz de superar as dificuldades econômicas que adviriam da cessação da ajuda externa.⁴⁹ Sem opção, Dantas assinou o acordo com Bell em 25 de março de 1963.⁵⁰

Como já era esperado, a divulgação dos resultados da negociação nos Estados Unidos suscitou fortes críticas ao governo Goulart. Os comunistas acusaram Dantas de ter vendido o Brasil ao “diabo” por um “prato de lentilhas”.⁵¹ O próprio ministro, em comunicado à cadeia de rádio e televisão nacionais, reconheceu que o resultado do acordo em Washington “não atendeu completamente aos objetivos que visávamos no início”.⁵² As autoridades brasileiras sabiam, no entanto, que as críticas ao acordo Bell-Dantas cresceriam quando os compromissos assumidos pelo governo começassem a ser postos em prática. Por isso mesmo, tentou-se protelar ao máximo a implementação das medidas mais sensíveis à censura dos grupos de esquerda, tal como a aquisição das subsidiárias da AMFORP. A pressão norte-americana, porém, tornou inviável a manutenção dessa tática por muito tempo. Lincoln Gordon ameaçou Goulart com o congelamento da primeira parcela do acordo caso a situação não fosse resolvida. O presidente prometeu que o “caso AMFORP” seria solucionado até o dia 19 de abril.⁵³

Horas depois do encontro com Gordon, Goulart editou um decreto criando uma Comissão Interministerial com poderes especiais para a conclusão do negócio da AMFORP, extinguindo a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), órgão até então responsável pelo caso.⁵⁴ O prazo dado por Goulart a Gordon venceu, porém, sem que o imbróglia tivesse sido resolvido. O embaixador norte-americano telegrafou então ao Departamento de Estado recomendando o governo Kennedy “a manter-se firme nos termos do acordo Bell-Dantas”, isto é, a não liberar quaisquer fundos enquanto a questão das subsidiárias ainda estivesse pendente.⁵⁵ No dia 20 de abril, em reunião extraordinária no gabinete do Ministério da Guerra, a Comissão Interministerial aprovou por unanimidade os termos de negociação – termos estes que, segundo Dantas, não tinham recebido “apoio unívoco” da extinta CONESP.⁵⁶ Dois dias depois, Roberto Campos assinaria o memorando de entendimento com os representantes da empresa em Washington.⁵⁷

Processo semelhante ao do compromisso com a AMFORP deu-se com a questão da desvalorização cambial. O Ministro da Fazenda havia prometido em Washington desvalorizar o câmbio para Cr\$ 600 por dólar “alguns dias depois” de seu retorno ao Brasil. Passado quase um mês, no entanto, nada havia sido feito. San Tiago Dantas sabia que o encarecimento das importações, consequência inevitável da depreciação do cruzeiro, geraria forte demanda de

⁴⁹ “Kennedy e o Brasil”, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (a seguir CPDOC-FGV), RC d/emb 61.10.19 (Pasta VII), jan.64, pp. 14-8. Ver também Deptel 1312, 03.1963, p. 1.

⁵⁰ “Relatório das negociações da Missão San Tiago Dantas”, CPDOC-FGV, RC d/bem 61.10.19, Pasta V.

⁵¹ Novos Rumos (a seguir NR), Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (a seguir CEDEM), 214, 29.03-04.04.1963, p. 3.

⁵² “Palestra do Ministro San Tiago Dantas”, 03.1963, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (a seguir ANRJ), Arquivo Pessoal San Tiago Dantas (a seguir AP) 47, Caixa 4, Pacotilha 2, p. 21.

⁵³ Embtel 1927, 05.04.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501; Embtel 7298, Section II, 09.04.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 4/63.

⁵⁴ “Histórico da Operação de compra das ações e direitos da AMFORP”, 1966, CPDOC-FGV, RC e/ag 61.02.10 IV-21, p. 15.

⁵⁵ Embtel 2035, 19.04.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501.

⁵⁶ Para os termos do contrato com a AMFORP, ver “Resolução da Comissão Interministerial encarregada de análise da nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos”, 20.04.1963, CPDOC-FGV, RC e/ag 61.02.10 II 7-12; Embtel 1927, 05.04.1963.

⁵⁷ Telegrama, Embaixada do Brasil em Washington ao Ministério da Fazenda, 22.04.1963, CPDOC-FGV, RC e/ag 61.02.10 II 7-12.

empresários e de trabalhadores por aumentos creditícios e salariais, o que certamente enfraqueceria as metas do programa de estabilização. Tendo em vista que o Brasil precisava concluir um *standby* com o FMI até junho de 1963, a última coisa que se desejava naquele momento era dar motivos para que atores domésticos aumentassem sua pressão contra o Plano Trienal. É provável que o raciocínio de Dantas tenha sido o de decretar a desvalorização do cruzeiro apenas momentos antes da chegada da missão do FMI. Assim, o ministro agradaria aos técnicos do Fundo (apesar do atraso na aplicação da medida), ao mesmo tempo em que impediria com que reações de trabalhadores e empresários tivessem efeito em tempo hábil.⁵⁸

A pressão exercida pelas autoridades norte-americanas, porém, impediu com que a administração Goulart continuasse adiando a questão cambial. Em discussões com Roberto Campos, Dean Rusk e George Ball disseram-se “decepcionados” com o Ministro da Fazenda e chegaram a afirmar que o recém-assinado acordo ficaria comprometido caso a desvalorização do câmbio não fosse decretada “em alguns dias”, como prometido por Dantas.⁵⁹ Do Brasil, Lincoln Gordon exerceu o mesmo tipo de pressão. Em conversa no dia 21 de abril, o Ministro da Fazenda prometeu que a desvalorização ocorreria ainda naquela semana.⁶⁰ No dia seguinte, mesma data da assinatura do memorando de entendimento com a AMFORP, publicou-se “tão aguardada” Instrução 239, estabelecendo a desvalorização do cruzeiro de Cr\$ 460 para Cr\$ 600 por dólar.⁶¹ Com isso, a primeira parcela do acordo Bell-Dantas foi liberada.⁶²

Como se poderia esperar, essas medidas suscitaram fortes críticas ao governo Goulart. Quanto à desvalorização cambial, grupos de esquerda reclamaram sobre os efeitos negativos da Instrução 239 para a classe trabalhadora.⁶³ Tais protestos, no entanto, não se compararam à tempestade de críticas enfrentada pelo governo sobre a compra das subsidiárias da AMFORP. Duas Comissões Parlamentares de Inquérito foram montadas no Congresso para investigar o assunto.⁶⁴ Em maio de 1963, o deputado Leonel Brizola (PTB-GB) distribuiu um relatório em Brasília denunciando o acordo como “lesivo aos interesses da nação”. Dias depois, o deputado Simão da Cunha (UDN-MG), falando em nome da “bossa nova” undenista, e com apoio do “grupo compacto” do PTB, afirmou que a Câmara seria obrigada a votar o “impeachment” de Goulart caso o presidente continuasse insistindo em manter o acordo com a companhia norte-americana.⁶⁵ As constantes e abertas defesas do negócio feitas por Dantas e Campos não foram suficientes para conter a avalanche de críticas.⁶⁶ Como a embaixada norte-americana informou a Washington, a campanha das esquerdas contra a AMFORP estaria “ofuscando todas as demais questões políticas”.⁶⁷

Havia outro assunto que estava incomodando profundamente os setores de esquerda no Brasil (e que, segundo Gordon, poderia ser um dos principais motivos por detrás dos ataques ao governo na questão das subsidiárias norte-americanas): o apoio do presidente Goulart à criação da União Sindical dos Trabalhadores (UST).⁶⁸ Desde janeiro de 1963, Goulart vinha

⁵⁸ Para as pressões de classes sociais domésticas sobre o Plano Trienal, ver LOUREIRO (2010).

⁵⁹ Deptel 1854, 11.04.1963; e Deptel 1865, 13.04.1963, Idem.

⁶⁰ Embtel 2061, 22.04.1963, Idem.

⁶¹ Embtel A-1224, 25.04.1963, NARA, RG 84, Box 465, Folder 501, p. 1.

⁶² Embtel 2008, 15.04.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501.

⁶³ NR, 219, 01.05-09.05.1963, p. 3.

⁶⁴ Embtel Brasília 228, 08.06.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 500.8; OESP, 05.06.1963, p. 2.

⁶⁵ Idem, pp. 2-3.

⁶⁶ Ver, por exemplo, “Discurso proferido na sessão noturna da Câmara dos Deputados pelo Ministro da Fazenda San Tiago Dantas”, 12.06.1963, ANRJ, AP 47, Cx. 4, Pacotilha 2.

⁶⁷ Embtel 2328, 31.05.1963, RG 84, Box 136, Folder 501, p. 1.

⁶⁸ Para os comentários de Lincoln Gordon, ver Embtel 2328, 31.05.1963, *op. cit.*, p. 3.

expressando o desejo de pôr em prática “algum plano para reduzir o poder dos comunistas” no movimento sindical, especificamente o papel do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).⁶⁹ No início de maio, com apoio aberto do assessor sindical da Presidência, Gilberto Crokat de Sá, a nova central de trabalhadores foi montada. A UST representava a concretização de uma demanda antiga do governo norte-americano: a necessidade de o governo brasileiro apoiar uma organização sindical que estivesse livre de vínculos com líderes ou grupos comunistas.⁷⁰ Os comunistas, por sua vez, incomodaram-se com a decisão do presidente. Segundo relato do adido trabalhista norte-americano, Luis Carlos Prestes teria inclusive pedido a Goulart para não romper com o CGT no movimento sindical.⁷¹ Coincidência ou não, as críticas dos grupos de esquerda ao Plano Trienal e, em particular, ao acordo com a AMFORP, avolumaram-se a partir desse momento.

As concessões de Goulart às demandas norte-americanas em áreas como política econômica (programa de estabilização), relacionamento com investidores estrangeiros (ITT e AMFORP), e movimento sindical (UST) levaram membros do governo Kennedy a afirmar que o presidente brasileiro estaria apresentando indícios de “uma mudança de coração”.⁷² Tinha-se a impressão de que o principal objetivo do “programa passo-a-passo” do Departamento de Estado havia sido alcançado: o surgimento de rachas entre Goulart e os “comuno-nacionalistas”.⁷³ No entanto, para fortalecer essas divisões e dar sustentação política a Goulart, fazia-se necessário compensar o enfraquecimento da base esquerdista do presidente com um incontestável suporte internacional. Essa foi a linha de argumentação usada por Roberto Campos durante as negociações financeiras nos Estados Unidos. Em meados de maio de 1963, porém, com a chegada de uma missão do FMI no Rio de Janeiro, teve-se uma segunda chance para mostrar a Goulart que sua “mudança de coração” não teria sido em vão. A assinatura de um empréstimo *standby* com o Fundo – abrindo perspectivas para o recebimento de maiores recursos dos Estados Unidos e, inclusive, da Europa – representaria uma significativa vitória para San Tiago Dantas, contrabalanceando ataques da esquerda ao governo e consolidando a abordagem moderada até então demonstrada por Goulart. Por outro lado, qualquer outro resultado que não fosse um *standby* com o FMI manteria o presidente em uma frágil situação política. Nesse caso, a longevidade da “mudança de coração” de Goulart tenderia a ficar dependente de contrapartidas do governo Kennedy, tal como a flexibilização de seu “programa passo-a-passo”.

Lincoln Gordon percebeu claramente a importância dos resultados da missão do FMI para o futuro da linha política moderada da administração Goulart. Em comunicado a Washington antes da chegada dos técnicos do Fundo, o embaixador “exortou” o FMI a flexibilizar suas exigências com o intuito de “minimizar oportunidades para aqueles que desejam sabotar um genuíno entendimento” entre o governo brasileiro e o Fundo. Conforme Gordon, se por um lado algumas metas do Plano Trienal não estavam sendo implementadas como esperado, por outro, era preciso admitir que pressões do empresariado sobre o governo quanto aos efeitos negativos do programa de estabilização para a produção nacional constituiriam um “fator concreto, o qual esperamos que serão reconhecidos pela missão do FMI”. O embaixador assinalou que ainda acreditava na existência “de uma área no Brasil onde praticabilidade política (*political feasibility*) e solidez econômica (*economic*

⁶⁹ Embtel 1345, 17.01.1963, JFKL, NSF, Box 13A, Folder Brazil, General, 1/63, p. 3; e “Labor Developments in Brazil”, s/d, Idem, Folder Brazil, General, 3/1/63-3/11/63, p. 2.

⁷⁰ Embtel 106, Section II, 17.07.1963, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 7/16/63-7/31/63, p. 1.

⁷¹ Embtel 146, 10.05.1963, Idem, Folder Brazil, General, 5/1/63-5/10/63.

⁷² Deprep A-1284, 09.05.1963, Idem, p. 5.

⁷³ Embrep A-941, “Apparent divergence among elements of Brazilian left”.

soundness)” poderiam “ser reconciliadas”. Os Estados Unidos e o FMI precisariam “tentar confinar-se nessa área”.⁷⁴

As recomendações de Lincoln Gordon surtiram efeito, mas não na intensidade necessária. O Fundo decidiu conceder ao Brasil um empréstimo no valor de US\$ 60 milhões como compensação pelo declínio no valor das exportações do país. Mesmo assim, conforme o delegado britânico no FMI, esses recursos só teriam sido aprovados devido à pressão dos representantes norte-americanos, que “enfatazaram o esforço de cooperação do governo brasileiro”.⁷⁵ O aval do Fundo era considerado importante por Washington porque abria a perspectiva de os Estados Unidos dividirem com credores europeus a responsabilidade do suporte financeiro ao Brasil.⁷⁶ A diretoria do FMI deliberou, no entanto, que a concessão do empréstimo compensatório não representaria um sinal de apoio da instituição à política econômica do governo Goulart, ou, muito menos, de que um acordo *standby* estaria a caminho.⁷⁷ Lincoln Gordon ainda tentou convencer os técnicos da Missão do FMI a usarem o “período de respiro” que o governo brasileiro ganharia com a obtenção dos US\$ 60 milhões para trabalhar em cima da atualização das metas do Plano Trienal, com o intuito de discutir-se novamente um *standby* em setembro de 1963. Os membros do FMI responderam com “sérias reservas” à proposta do embaixador. Segundo eles, a administração Goulart não possuiria “condições políticas” para implementar um “adequado programa de estabilização”. Propôs-se, diferentemente, o estabelecimento de uma “moratória negociada” entre o Brasil e os credores, até que uma “mudança de orientação política” do governo brasileiro permitisse a aplicação das “medidas econômicas necessárias”.⁷⁸ A perspectiva de assinatura no curto prazo de um *standby* entre o Fundo e o governo Goulart estava, portanto, muito longe de acontecer.

As implicações da negativa do FMI foram grandes. Em primeiro lugar, sem o aval do Fundo, sabia-se que a Europa não negociaria empréstimos ao Brasil. As conseqüências nas contas externas brasileiras seriam sérias, pois o país esperava contar com créditos superiores a US\$ 120 milhões dos europeus em 1963. Em segundo lugar, não se tinha clareza sobre o que aconteceria com o acordo Bell-Dantas sem o suporte do FMI. O Plano Trienal já não estava mais sendo seguido à risca, principalmente em termos de políticas creditícia e salarial. Além disso, pressionado pela esquerda, e sem o necessário apoio dos atores internacionais, o governo Goulart passou a defender a flexibilização dos compromissos assumidos em Washington por San Tiago Dantas, em particular os termos de compra das subsidiárias da AMFORP. O governo brasileiro queria que a avaliação dos ativos das subsidiárias fosse realizada antes da assinatura do contrato. Assim, seria possível ajustar o valor final do negócio conforme o resultado apresentado pelo inventário de bens. O objetivo desse pedido era o de apaziguar críticas domésticas de que o país seria o “palhaço do hemisfério” por adquirir “ferro velho” a “preço de ouro”.⁷⁹ A empresa concordou em antecipar o inventário, contanto que o governo Goulart se comprometesse a pagar o preço previamente estabelecido (US\$ 142,7 milhões). Em resposta ao presidente da AMFORP, San Tiago Dantas afirmou que a postura da companhia “poderia causar problema”.⁸⁰ Segundo o ministro, em conversa com outro oficial norte-americano, seria “imprudente e até mesmo perigoso”, seguir à risca o

⁷⁴ Embtel 2112, Section III, 30.04.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 4/63, pp.3-4.

⁷⁵ Report, IMF British Director to the Foreign Office, 09.06.1963, TNA, FO 371 / 172354, p. 3.

⁷⁶ Telecom, George Ball and Hamilton, 07.09.1962, JFKL, PPGb, Box 1, Folder Brazil 4/20/61-7/10/63.

⁷⁷ Report, IMF British Director, 09.06.1963, pp. 6-7.

⁷⁸ Embtel 2320, 30.05.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 501.

⁷⁹ Embtel 2331, 01.06.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 6/63, p. 1.

⁸⁰ Embtel 2387, 10.06.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 500.1, p. 1.

memorando de entendimento entre o governo brasileiro e a AMFORP tendo em vista a “forte oposição” doméstica.⁸¹

As demandas brasileiras por uma atitude mais condescendente do governo Kennedy não surtiram efeito. Apesar de reconhecer as “reais dificuldades” que a administração Goulart estava enfrentando, principalmente envolvendo o Plano Trienal e a nacionalização das subsidiárias elétricas, Washington não flexibilizou suas exigências.⁸² O fracasso na obtenção de um *standby* com o FMI, o relaxamento das metas do programa de estabilização de Furtado, e a quebra de compromisso no caso AMFORP levaram o governo Kennedy a congelar os recursos do acordo Bell-Dantas.⁸³ Futuras liberações, conforme Gordon explicou a Carvalho Pinto, então novo Ministro da Fazenda, só seriam realizadas quando a administração Goulart atualizasse as metas do Plano Trienal, assegurando seu compromisso com o retorno da estabilidade econômica no país.⁸⁴ Além disso, segundo o Secretário de Estado Dean Rusk, o contingenciamento de recursos também estaria baseado no “caso AMFORP”, o qual, “apesar de não ser a mais importante questão das relações EUA-Brasil, transformou-se em um teste de boa-fé e de capacidade de Goulart” em resistir às pressões da esquerda diante do “interesse (*em manter*) futura colaboração com os Estados Unidos”.⁸⁵

A inflexibilidade norte-americana fez com que João Goulart abdicasse da abordagem moderada demonstrada desde o início de 1963. No final de agosto, segundo Lincoln Gordon, o Plano Trienal havia sido abandonado pelo governo federal, Brasília não assinaria tão cedo um contrato com a AMFORP, e Goulart havia retirado seu apoio à UST e voltado a atuar no movimento sindical junto aos “comuno-nacionalistas” e ao CGT.⁸⁶ Nesse contexto, o presidente Kennedy confessou ao já demissionário Roberto Campos que “perdia noites pensando no Brasil”. Campos respondeu que, em parte, essa insônia seria culpa dos próprios Estados Unidos: Washington não teria tido “visão suficiente para enfrentar um moderado risco financeiro” quando das negociações da Missão Dantas. “Agora”, acrescentou, “os Estados Unidos estavam correndo um grande risco político”.⁸⁷ O golpe de março de 1964 impediu com que esse risco se transformasse em realidade.

Conclusões

Apesar dos inúmeros apelos das autoridades brasileiras, a administração Kennedy forneceu pouco apoio financeiro à implementação do Plano Trienal, contribuindo significativamente para seu malogro. O principal motivo dessa atitude não foi econômico, mas, sim, político. Washington desconfiava das ligações do presidente Goulart com grupos “comunistas”, e por isso manteve postura firme. Já ao final de 1962 decidiu-se que a concessão de recursos ao Brasil deveria estar condicionada a um “programa passo-a-passo”, um conjunto de medidas visando fundamentalmente comprometer as ligações do presidente Goulart com a esquerda radical. A execução de um rígido plano de estabilização e o pagamento de “justas indenizações” a empresas norte-americanas compunham parte do rol de políticas que deveriam ser aplicadas por Goulart. Washington demonstrou pouca sensibilidade quanto aos problemas que isso poderia acarretar em termos de governabilidade. Para as autoridades estadunidenses, a posição do Brasil na Guerra Fria ainda não estava decidida. O “programa

⁸¹ Embtel 2336, Section I, 02.06.1963, Idem, p. 1.

⁸² Embtel 246, 02.08.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 8/1/63 – 8/20/63.

⁸³ Deptel 2184, 07.06.1963, NARA, RG 84, Box 136, Folder 500.8.

⁸⁴ Embtel 20, Section I, 03.07.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 7/11/63 – 7/15/63.

⁸⁵ Deptel s/n, 29.06.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 6/63, p. 2.

⁸⁶ Embtel A-254, 21.08.1963, JFKL, NSF, Box 14, Folder Brazil, General, 8/21/63 – 8/31/63, pgs 5-6.

⁸⁷ “Kennedy e o Brasil”, s/d, p. 19; e MemPres, 28.08.1963, Idem, p. 1.

passo-a-passo”, apresentado por Bob Kennedy de modo direto ao presidente brasileiro, seria fundamental importância para resolver esse imbróglio. O fato de algumas demandas desse programa coincidir com poderosos interesses econômicos norte-americanos apenas reforçava ainda mais a sua indispensabilidade, sem diminuir seu papel como mecanismo que visava separar (ou comprometer de vez) Goulart junto aos comunistas.

Houve um momento, no entanto, em que o presidente brasileiro mostrou claros indícios de que estava disposto a ceder. No início de 1963, Goulart deu apoio à execução de um rígido programa de estabilização econômica, autorizou o pagamento de uma “justa indenização” à ITT, concordou com a assinatura de um polêmico memorando de entendimento com a AMFORP e, o mais importante, deu os primeiros passos para romper com os comunistas no meio sindical através da criação da União Sindical dos Trabalhadores (UST). A única coisa que o presidente não fez foi expurgar totalmente a esquerda radical de dentro do governo. Goulart precisava de um inequívoco apoio da comunidade internacional e de grupos moderados no Brasil, protegendo-o dos setores golpistas de extrema direita, para poder proceder de tal maneira. Além disso, a fim de esvaziar um possível suporte social à extrema esquerda, era preciso que o Plano Trienal amadurecesse primeiro. Com altas taxas de crescimento, baixa inflação, e possibilidade de concessão de aumentos salariais reais aos trabalhadores, um rompimento entre Goulart e a esquerda radical dar-se-ia naturalmente. Esse foi o argumento usado por Dantas em sua viagem aos Estados Unidos. No entanto, Washington foi inflexível. O governo Kennedy queria que Goulart cedesse em todos os aspectos antes que a ajuda internacional se fizesse sentir de modo significativo. Isso, por outro lado, Goulart não estava disposto a fazer. O impasse foi rompido com o abandono do Plano Trienal e com a radicalização política da administração Goulart, resultado determinante para a derrocada da democracia brasileira em março de 1964.

Restar perguntar, finalmente, se essa inflexibilidade demonstrada por Washington não teria sido perigosa para os próprios interesses norte-americanos no Brasil. Em teoria, o risco de um possível alinhamento brasileiro ao bloco soviético existia, mas era pequeno naquele momento. O governo Kennedy sabia, em primeiro lugar, que a União Soviética não tinha condições de suprir materialmente a economia brasileira na ausência do apoio dos Estados Unidos. Além disso, após o recuo de Khrushchev na crise dos mísseis em Cuba de outubro de 1962, a posição norte-americana fortaleceu-se na América Latina. Com isso, Washington pôde ser firme com Goulart porque sabia que o Brasil não tinha alternativa. O problema é que a carreira política de Goulart tinha. O presidente brasileiro demonstrou pelas suas opções que preferia ser derrubado como um político progressista, que priorizava reformas sociais e crescimento econômico, do que ficar refém dos setores domésticos de extrema direita. Dentro dessa lógica, o abandono do Plano Trienal, bem como das outras facetas da moderação janguista, faziam-se prementes. A única coisa que Goulart não esperava era o surgimento de um duradouro regime militar, que impediria por mais de um quarto de século a realização de eleições presidenciais no país.

Referências documentais e bibliográficas

Arquivos e bibliotecas pesquisados

Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Brasil

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), São Paulo, Brasil

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM), São Paulo, Brasil

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Rio de Janeiro, Brasil

John F. Kennedy Library (JFKL), Boston, Massachusetts, Estados Unidos

Lyndon B. Johnson Library (LBJL), Austin, Texas, Estados Unidos

National Archives and Records Administration (NARA), College Park, Maryland, Estados Unidos

The National Archives (TNA), Londres, Reino Unido

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo (org.). (1990). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus.

ARAÚJO, Victor, *et alli* (2006). “A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado”. In: Marieta Ferreira (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

BANDEIRA, Moniz (1983). *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BARRO, Robert and LEE, Jong-Wha (2005). “IMF Programs: Who is Chosen and What are the Effects?”, *Journal of Monetary Economics*, 52, pp.1245-1269.

BRASIL (1962). Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Síntese*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

DALAND, Robert (1967). *Estratégia e Estilo de Planejamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lيدador.

DULLES, John W. *Unrest in Brazil. Political-military crisis (1955-1964)*. University of Texas Press, Austin, 1970.

FICO, Carlos (2004). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Record.

FIGUEIREDO, Argelina (1993). *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.

FONSECA, Pedro (2004). “Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart”, *Estudos Econômicos*. 34 (6), pp. 587-622.

LEACOCK, Ruth (1990). *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*. Kent State University Press, Kent.

LOUREIRO, Felipe (2010). “Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal”, *História Econômica e História de Empresas*, 13 (2), pp.109-143.

MACEDO, Roberto (1987). “O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965”. In: Betty Lafer (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, pp. 52-67.

MESQUITA, Mário (1992). *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.

MIRANDA, Samir (2006). “Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- MONTEIRO, Sérgio (1999). “Política Econômica e Credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart”. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre.
- SILVA, Ricardo V. (1992). “Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)”. Dissertação de Mestrado, IFCH – UNICAMP, Campinas.
- SOCHACZEWSKY, Antônio Claudio (1991). *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil (1952-1968)*. São Paulo: Trajetória Cultural.
- SOLA, Lourdes (1998). *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp.
- STORRS, Keith (1973). “Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964: Background, Tenets, Linkage to Domestic Politics, and Aftermath”. PhD diss., Cornell University, New York.
- WELLS, John (1977). “Growth and fluctuations in the Brazilian manufacturing sector during the 1960's and early 1970's”. PhD diss., Cambridge University, Cambridge.